

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V – Nº 798 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 19 DE JANEIRO DE 1999



O senador Antonio Carlos Magalhães — entre Ronaldo Cunha Lima e Antonio Carlos Valadares — presidirá hoje a sessão em que será votada em segundo turno a prorrogação da CPMF

Senado vota CPMF hoje. Congresso pode trabalhar nos fins de semana

O presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, pretende agilizar a tramitação de matérias consideradas importantes para o ajuste fiscal. Por isso, admite a possibilidade de convocar parlamentares para trabalhar aos sábados e domingos



Artur da Távola

Távola e Melo apóiam ação do governo contra a crise

O senador Artur da Távola afirmou ontem que a sociedade brasileira, pela primeira vez, está mais consciente da complexidade das questões econômicas. Segundo ele, o presidente Fernando Henrique Cardoso parece ter "clareza de visão" para enfrentar a crise. O senador Geraldo Melo elogiou a flexibilização do câmbio adotada pela equipe econômica e descartou o retorno da inflação.

PÁGINAS 4 E 5



Geraldo Melo

O Senado promove hoje a votação em segundo e último turno da emenda constitucional que prorroga e eleva a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Caso a proposta seja aprovada, será então enviada à Câmara. A prorrogação da CPMF, cuja arrecadação nos primeiros 12 meses pode chegar a R\$ 15 bilhões, é considerada pelo governo essencial ao

equilíbrio das contas públicas.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, admitiu ontem a possibilidade de realizar sessões nos próximos finais de semana, como forma de agilizar a tramitação de matérias importantes para o ajuste fiscal. Ele vai avaliar o cronograma de votações com os secretários das Mesas da Câmara e do Senado.

PÁGINA 3

CAE analisa duas operações de crédito externo

Dois pedidos de contratação de empréstimos externos — destinados ao setor de ciência e tecnologia e à reforma dos sistemas estaduais de previdência — serão analisados hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos. Os dois pedidos têm pareceres favoráveis dos relatores.

PÁGINA 2



Osmar Dias

Joel de Hollanda

Osmar e Hollanda debatem impacto das medidas no campo

PÁGINA 7

CAE aprecia duas autorizações para créditos externos

Operações entre União e estados também estão na pauta de hoje da comissão

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), aprecia hoje mensagem do Executivo solicitando autorização do Senado para contratação de operação de crédito externo destinada à modernização da infra-estrutura do setor de ciência e tecnologia, no valor de 18 bilhões de reais. A matéria tem parecer favorável do relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Também está na pauta da CAE mensagem do Executivo solicitando autorização para a contratação de empréstimo externo de US\$ 5 milhões, junto ao Banco Mundial, destinado ao Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência, coordenado pelos ministérios do Planejamento e da Previdência Social. A matéria tem parecer favorável do relator, senador Leonel Paiva (PFL-DF).

A CAE deverá examinar, ainda, parecer do Banco Central sobre solicitação do governo do Ceará de operação de crédito entre a União e o estado, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), no valor de R\$ 954,2 milhões, destinada ao saneamento do banco do estado. Dentro do mesmo



Senador Pedro Piva preside a Comissão de Assuntos Econômicos, que tem reunião hoje

programa, a CAE examina parecer do BC sobre solicitação de Goiás, no valor de R\$ 418,8 milhões, destinados ao saneamento do banco do estado. Os relatores, senadores Jefferson Péres (PSDB-AM) e João Rocha (PFL-TO), respectivamente, apresentaram pareceres favoráveis.

Faz parte, ainda, da pauta da comissão, solicitação do governo do estado do Piauí a respeito do contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 250,6 milhões. O relator da matéria, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), apresentou parecer favorável.

TV Senado reapresenta o poeta Ronaldo Cunha Lima

A TV Senado reapresenta hoje, às 13h15 e 21h15, a entrevista que revela a face poética do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB). No programa, o senador fala sobre cultura popular, criação poética e invasão de estrangeirismos na língua portuguesa.

Entre os poemas declamados por Ronaldo Cunha Lima durante a entrevista, destaca-se *Habeas, Pinho*, que é acompanhado pelo violonista Carlinhos e pela flautista Dolores.

CE discute ambiente e direitos humanos

As políticas nacionais de educação ambiental e educação em direitos humanos para o ensino fundamental e médio serão discutidas hoje, a partir das 10h30, na Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ). Os projetos de lei são de autoria dos deputados Fábio Feldmann (PSDB-SP) e José Aníbal (PSDB-SP), respectivamente.



Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 10h30 - Recebe o senhor Francisco Lopes, presidente do Banco Central
- ▶ 11h - Recebe o senhor José Orcírio Miranda dos Santos, governador do estado de Mato Grosso do Sul
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado
- ▶ 19h - Participa da missa em memória do senador João Calmon. *Catedral Metropolitana de Brasília*

PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Votação, em segundo turno, da *PEC nº 34/98, que prorroga, alterando sua alíquota, a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

COMISSÕES

- ▶ 10h30 - Comissão de Educação
Pauta: Apreciação do *PLC nº 61/97, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental; e *PLC nº 03/99, que dispõe sobre a educação em direitos humanos e institui a Política Nacional de Educação em Direitos Humanos para o Ensino Fundamental e Médio. *Sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa*
- ▶ 10h30 - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Mensagem nº 30/99, que encaminha ao Senado a Programação Monetária para o 1º trimestre de 1999; *Mensagem nº 28/99, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 1,1 bilhão, de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento do Programa Global de Financiamento Multissetorial; *Mensagem nº 276/98, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 5 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio à Reforma de Sistemas Estaduais de Previdência; e *Ofício "S" nº 35/98, que encaminha ao Senado solicitação do governo do estado do Piauí, a respeito do contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União em 20 de janeiro de 1998, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de R\$ 250,6 milhões. *Sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa*

- ▶ 14h - Comissão Mista de Orçamento
Pauta: Apreciação do relatório final da Proposta Orçamentária para 1999. *Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados*

- ▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: *Mensagem nº 245/98, que submete ao Senado o nome do senhor Ruy Nunes Pinto Nogueira, ministro de primeira classe, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Venezuela; e *Mensagem nº 25/99, que submete ao Senado o nome do senhor Henrique Rodrigues Valle Júnior, ministro de primeira classe, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Canadá. *Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa*

PREVISÃO PARA A SEMANA

PLENÁRIO

Quarta-feira

O projeto que trata da Política Nacional de Educação Ambiental tem como relator o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) e o que trata da Política Nacional de Educação em Direitos Humanos tem como relatora a senadora Emília Fernandes (PDT-RS). Os projetos já foram aprovados na Câmara dos Deputados e agora iniciam tramitação no Senado Federal.

AGENDA

TERÇA-FEIRA, 19 DE JANEIRO DE 1999

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PDL nº 19/98, que aprova o texto da Convenção da Unidroit sobre os Bens Culturais Furtados ou Ilicitamente Exportados.

Quinta-feira

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Hora do Expediente: O tempo destinado aos oradores será dedicado a homenagear o ex-senador João Calmon, falecido no último dia 10.
Pauta: Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao *PLC nº 8/91, que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios; *PDL nº 2/99, que aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos Condenados, celebrado entre o Brasil e o Chile; *PDL nº 3/99, que aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos, celebrado entre o Brasil e a Argentina; *PLC 48/98, que dispõe sobre o ensino no Exército brasileiro; *Ofício nº S-89/98, que encaminha solicitação do governo de Goiás acerca de operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito entre a União e aquele estado, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária; *Ofício nº S/2/99, que encaminha solicitação do governo do Ceará acerca de operação de crédito entre a União e aquele estado, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária; e *PLC nº 53/98, que altera a Lei nº 6.360/76, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos.

Sexta-feira

- ▶ 9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira

- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação do *PLS nº 187/98, que altera a redação dos artigos 41 e 48 da Lei 9.096/95 e revoga o artigo 57 da mesma lei; *PLS nº 188/98, que dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e estabelece critérios objetivos de distribuição dos recursos no âmbito dos partidos; *PLS nº 189/98, que altera o artigo 9º da Lei nº 9.504/97, o artigo 88 da Lei nº 4.737/65 e o artigo 18 da Lei nº 9.096/95, fixando os prazos mínimos do domicílio eleitoral e filiação partidária para o registro de candidato às eleições; *PEC nº 38/98, que dá nova redação ao artigo 29 da Constituição, estabelecendo os números mínimo e máximo de vereadores, proporcional ao número de eleitores; *PEC nº 39/98, que dá nova redação ao artigo 14 da Constituição, instituindo o voto facultativo; *PEC nº 40/98, que acrescenta inciso III ao parágrafo 3º do artigo 220 da Constituição, a fim de permitir que a lei possa impor restrições à divulgação de pesquisas eleitorais; *PEC nº 41/98, que altera a redação do artigo 56 da Constituição, para disciplinar a substituição do senador na hipótese de vacância; *PEC nº 42/98, que dá nova redação aos artigos 45 e 56 da Constituição, instituindo o Sistema Eleitoral Misto nas eleições para a Câmara dos Deputados, vedando a coligação partidária nas eleições legislativas e dispondo sobre a suplência dos deputados; *PEC nº 44/98, que dá nova redação aos artigos 17 e 55 da Constituição, que tratam da fidelidade partidária; e *PEC nº 45/98, que altera a redação dos parágrafos 1º e 2º do artigo 46 da Constituição, fixando o mandato de senador em seis anos, com renovação de um terço a cada dois anos. *Sala 5 da Ala Senador Alexandre Costa*

ESPECIAL

Quarta-feira

- ▶ 12h - Cultura ao Meio-Dia
Indochina, dirigido por Régis Wargnier. Produção francesa de 1992. Vencedor do Oscar e do Globo de Ouro de melhor filme estrangeiro daquele ano. Superprodução que concilia romance com as implicações políticas da colonização francesa no Vietnã.
Classificação etária: 12 anos. *Audatório Patrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário vota hoje CPMF em segundo turno

Relator rejeitou todas as emendas apresentadas à proposta, considerada fundamental para o programa de ajuste fiscal do governo, que espera arrecadar com a contribuição R\$ 15 bilhões somente neste ano

O Senado realiza hoje a segunda e última votação da proposta de emenda constitucional que aumenta e prorroga por três anos a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. Se aprovada, será enviada imediatamente à Câmara dos Deputados, onde a CPMF também deve ser votada em dois turnos. A proposta é considerada pelo governo como fundamental no programa de ajuste fiscal anunciado no ano passado e deve gerar uma arrecadação de aproximadamente R\$ 15 bilhões no primeiro ano.

A emenda foi aprovada pelos senadores, em primeiro turno, no último dia 6, quando obteve 61 votos favoráveis e 12 contrários. De autoria do senador Elcio Alvares (PFL-ES), a proposta aumenta de 0,20% para 0,38% a alíquota da CPMF nos primeiros 12 meses da prorrogação. A alíquota cairá para 0,30%



Elcio Alvares, autor da proposta de emenda da CPMF aprovada em primeiro turno



Romeu Tuma, relator, não concordou com as emendas apresentadas pelos senadores

nos 24 meses seguintes. O relator da matéria, senador Romeu Tuma (PFL-SP), não concordou com qualquer emenda apresentada pelos senadores.

Toda a arrecadação a ser obtida com a prorrogação e aumento da CPMF será destinada à Saúde e à Previdência Social, de acordo com o projeto. A atual contribuição deixará de ser cobrada depois do próximo dia

22 e só voltará 90 dias depois de promulgada pelas Mesas do Senado e da Câmara, se aprovada em todos os turnos. O Orçamento da União para este ano, no entanto, previa cobrança da CPMF sem interrupção e, para substituir a perda de arrecadação, a emenda autoriza o governo a vender no mercado títulos de dívida no mesmo valor da contribuição não arrecadada.

Câmara é próximo passo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, confirmou a previsão de que a votação, em segundo turno, da proposta de emenda de nova alíquota para a CPME, deverá ser realizada hoje, para que a matéria possa ser imediatamente enviada à Câmara, iniciando a contagem dos prazos regimentais durante a convocação extraordinária. Na entrevista concedida ontem, no Palácio do Planalto, ao lado do presidente da República e do presidente da Câmara dos Deputados, o senador

afirmou que a reforma política será votada pelo Congresso ainda no primeiro semestre de 99. Antonio Carlos Magalhães demonstrou otimismo quanto à possibilidade de aprovação da cobrança de desconto previdenciário dos aposentados pela Câmara, nesta quarta-feira, como deseja o governo: – Eu acho que vai passar, em função das modificações feitas no texto e da compreensão que os congressistas têm de que é preciso votar o ajuste fiscal – disse.

Josaphat se despede do Senado e encerra 24 anos de vida parlamentar

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) se despede do Senado amanhã com um discurso em que deverá agradecer os que o acompanharam ao longo desse mandato e reafirmar as idéias que sustentou ao longo de sua vida pública. “É um discurso em que reiterarei minhas posições em defesa da democracia e da justiça social”, antecipou.

Relator do projeto de Código Civil, Josaphat Marinho foi elogiado por todos os senadores dessa legislatura como autor de um trabalho exaustivo e magnífico em sua concepção. Em seu discurso, ele deverá falar desse trabalho, sustentando mais uma vez as idéias expressas ao longo



Josaphat encerra 24 anos de vida parlamentar e diz que continuará a viver na capital

desses anos em matéria constitucional e política.

Josaphat Marinho iniciou sua vida pública em 1947, elegendose pela UDN deputado à Assembléia Constituinte da Bahia. Reelegeu-se,

em 1955, deputado estadual pelo PL. Em 1963, assumiu o primeiro mandato de senador pelo PSB, ingressando depois no MDB quando começou o bipartidarismo. Reelegeu-se senador em 1991, pelo PFL. Foram 24 anos como parlamentar num total de quatro mandatos.

Ao longo desses anos, foi também professor catedrático da Universidade da Bahia e lecionou Direito Constitucional na Universidade de Brasília. Deixando o Legislativo, Josaphat Marinho deverá continuar morando em Brasília, podendo voltar a dar aulas, advogar ou prestar consultoria. “Vou continuar trabalhando como sempre vivi”, informou o senador.

Orçamento de 99 será debatido na comissão hoje

O relatório final da proposta orçamentária para o ano de 1999 será apreciado hoje, a partir das 14h, pela Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo deputado Lael Varella (PFL-MG). O relatório foi preparado pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), após receber os relatórios setoriais.



O senador Ramez Tebet é o relator-geral do Orçamento da União para este ano

CRE examina indicação de dois embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional reúne-se hoje, às 17h30, para apreciar duas mensagens presidenciais indicando embaixadores. O ministro Ruy Nunes Pinto Nogueira foi indicado para ocupar o cargo de embaixador do Brasil junto à Venezuela, e o ministro Henrique Rodrigues Valle Júnior, para o cargo de embaixador junto ao Canadá. As duas mensagens foram relatadas pelos senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC).



Antonio Carlos Magalhães vai avaliar com as secretarias das Mesas do Senado e da Câmara se será necessário trabalhar nos finais de semana

ACM admite convocar Congresso para trabalhar nos finais de semana

Se for preciso, para agilizar as votações de matérias importantes para o ajuste fiscal proposto pelo governo, o Legislativo poderá ter votações nos próximos finais de semana, admitiu ontem o senador Antonio Carlos Magalhães, presidente do Congresso Nacional.

Ele pretende reunir-se com os secretários das Mesas da Câmara e do Senado para avaliar o cronograma de votações e a necessidade de reunir os parlamentares no final de semana.

A prioridade dos trabalhos durante a convocação, reforçou Antonio Carlos, é para as matérias que o governo julga vitais para a realização do ajuste fiscal. Nesse sentido, o senador

admitiu que a nova proposta de taxação dos inativos e elevação da contribuição previdenciária dos servidores públicos da ativa poderá ser aprovada na Câmara e encaminhada para votação no Senado, ainda dentro da convocação extraordinária do Congresso Nacional.

Com relação ao encontro de governadores de oposição, que ocorreu na tarde de ontem, em Belo Horizonte, o senador Antonio Carlos Magalhães previu que o encontro poderia ter êxito se fosse levada em conta “a opinião dos governadores que estão indo”. Mas, se prevalecer “a opinião do promotor, vai fracassar”, acrescentou.

Távola confia na mobilização da sociedade

Parlamentar se diz otimista com as possibilidades de o país escapar da crise econômica. Para ele, o governo terá de arcar com as “derrotas políticas, erros e impopularidade” de medidas que precisam ser tomadas



Antonio Carlos Magalhães e a secretária Wanda Engel: disposição para apoiar projetos de assistência social

ACM garante apoio do Legislativo à Secretaria da Assistência Social

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu em audiência ontem a secretária de Estado de Assistência Social, Wanda Engel, que veio conversar sobre as possibilidades de atua-

ção conjunta do setor com o Congresso Nacional.

Segundo a secretária, o senador disse que o Legislativo está aberto a dar todo o apoio possível, seja do ponto de vista legal, orçamentário

ou fiscalizador, e aconselhou a utilização de estratégias para melhor aproveitamento dos recursos existentes, bem como da captação de mais verbas junto ao empresariado brasileiro.

Arruda destaca importância do Congresso na superação da crise

Ao anunciar que o Senado votará hoje em segundo turno a proposta que prorroga a vigência e aumenta a alíquota da CPME, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) lembrou a responsabilidade de todos os parlamentares na conclusão do ajuste fiscal. E afirmou que a Câmara dos Deputados tem papel igualmente importante no êxito desse ajuste.

“Só a votação dessas matérias pode fazer com que o Brasil atravesse a turbulência que vem enfrentando”, disse o parlamentar. Ele pediu à Mesa a transcrição nos Anais da Casa do editorial publicado ontem pelo jornal *O Globo*, que clama pela atenção do Legislativo e da sociedade na necessidade de execução das reformas preconizadas pelo governo e pela responsabilidade de todos nesse momento de grave dificuldade.

Ele lembrou que o Brasil é assunto de capa da revista *The Economist* e de todos os jornais importantes do mundo. E explicou que uma economia do porte da brasileira, sofrendo a crise que enfrenta no momen-

to, não pode conviver com um Legislativo de braços cruzados. Disse também que um país que gasta mais do que arrecada só tem o caminho do ajuste para superar a crise. “O momento é de muita dificuldade e cada um de nós tem que ter responsabilidade na votação dessa maté-



Arruda afirmou que o Senado é o local mais apropriado para se discutir o pacto federativo

ria”, conclamou o parlamentar.

PACTO FEDERATIVO

No mesmo discurso, José Roberto Arruda esclareceu que o fórum adequado para a discussão das questões federativas é o Senado Federal. Referindo-se a noticiário sobre reuniões realizadas em Minas Gerais, Maranhão e Sergipe, sobre o endividamento dos estados, o parlamentar observou:

– Acho importante que troquem idéias, mas os problemas sobre a ordem federativa devem ser resolvidos no Senado. Essa Casa não é apenas o símbolo maior da Federação, é a própria representatividade do pacto federativo.

Arruda explicou que essa é a razão pela qual todas as unidades da Federação têm três senadores. “Aqui, todas as unidades da Federação são absolutamente iguais. E aqui cada estado teve analisada e aprovada cada dívida e cada renegociação de dívida”, explicou ainda o senador.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) disse ontem que está otimista, pois “pela primeira vez na História do Brasil, a sociedade brasileira como um todo está cada vez mais consciente da complexidade das questões econômicas”. Segundo o senador, para resolver os problemas econômicos brasileiros o governo terá que arcar com as necessárias derrotas políticas, com os erros e a impopularidade de medidas que precisarão ser tomadas.

Para Távola, o presidente Fernando Henrique Cardoso parecer a “clareza de visão” necessária para enfrentar as questões geradas pela globalização da economia e, para isso, precisará da compreensão, do trabalho e da competência do povo brasileiro.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) explicou que a mobilização política de um povo não surge do patriotismo ou do desejo de quem a procura. “É preciso criar um ideário em que o povo acredite. Nenhuma liderança se firma na omissão”, disse Cabral. O senador amazonense afirmou ainda que a abordagem do discurso era difícil, mas que Artur da Távola é um “vacionado da esperança, continua confiando que dará certo” e voltou a lembrar

a necessidade de um ideário.

Artur da Távola elogiou a maneira como o canal de tevê a cabo Globonews fez a cobertura jornalística da crise econômica deflagrada na semana passada. Segundo ele, a Globonews evitou tratar a notícia como espetáculo, preferindo apresentar análises a opiniões. O senador também comparou a economia ao metabolismo do corpo humano, lembrando que é quase impossível que todos os componentes desse metabolismo estejam em sua plenitude ao mesmo tempo.

O senador lembrou que a atual situação financeira dos estados não foi criada pelos governadores recém-eleitos, mas herdada dos governadores anteriores e disse esperar que, da reunião dos governadores de oposição, realizada ontem em Belo Horizonte, surgisse uma posição de equilíbrio, tanto do governo quanto da oposição.

Távola observou que alguns avanços foram conseguidos no país, como o aumento do salário mínimo. Na área da agricultura, o senador reconheceu que as críticas de parlamentares são justas e legítimas, mas acredita que o setor “tende a uma possibilidade de recuperação relativa”.



Távola disse esperar que os governadores de oposição, que se reuniram em Belo Horizonte, adotem uma posição de equilíbrio



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

SEGUNDA-FEIRA, 18 DE JANEIRO DE 1999

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1998 (Elcio Alves e outras). Prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da contribuição a que se refere o art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CPMF). Resultado: Encerrado o terceiro e último dia de discussão, em segundo turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de hoje, para votação em segundo turno.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa



Epitácio Cafeteira acredita que o Brasil perdeu a sua independência para o FMI

Cafeteira ataca aumento de contribuição

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) condenou ontem a intenção do governo de aumentar a alíquota da contribuição previdenciária dos servidores públicos. “Há quatro anos o governo FHC não dá aumento aos funcionários, mas, durante esse tempo, o real se desvalorizou em 30% em relação ao dólar, que valia R\$ 0,90 e passou a R\$ 1,20. Agora, o real perdeu mais 30% de seu valor e o dólar está valendo R\$ 1,60. Como é possível taxar ainda mais o funcionalismo?”, perguntou.

– Não contente com essa medida injusta, o governo quer instituir uma contribuição previdenciária para servidores públicos inativos que já pagaram por suas aposentadorias enquanto trabalhavam. O governo alega que precisa dar ao FMI uma demonstração de força: obter do Congresso a aprovação dessas medidas. Estou indignado com essa exigência do FMI. Junto com o real, foi-se nossa independência – disse o senador.

Para Cafeteira, a equipe econômica fracassou. “Depois de querer revogar a lei da oferta e da procura, eles tentaram usar o câmbio como âncora do real. Todos disseram que iria dar errado, mas eles quiseram experimentar. No laboratório, as experiências são feitas com ratos, mas os economistas fazem suas apostas com pessoas, com famílias. Estão querendo transformar a classe média em flagelados.”

O senador pelo Maranhão, que encerra seu mandato no final do mês, fez um apelo aos senadores que permanecerão, em especial ao presidente Antonio Carlos Magalhães, para que pensem nos brasileiros. “O real acabou, o povo vai perder poder aquisitivo, porque a inflação vai voltar. É preciso que o Congresso seja ouvido”, sustentou Cafeteira.

Geraldo Melo elogia flexibilização do câmbio

Adequação a nova realidade ditou a medida, segundo o senador. Ele disse não acreditar na volta da inflação e pediu aprovação do ajuste fiscal

“O país conseguiu o milagre de ter sido a bola da vez na economia mundial sem a necessidade de pular no abismo”, afirmou ontem o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), ao elogiar a flexibilização do câmbio adotada pela equipe econômica diante da crise financeira que se abateu sobre o Brasil. Para ele, a medida significou uma adequação da economia diante de um novo cenário.

– O que houve foi a força da realidade sobre uma política econômica que foi ultrapassada pelos acontecimentos. Era necessário interferir para mudar o ambiente econômico, incorporando características dessa nova realidade – observou.

Geraldo Melo não crê na retomada da inflação. Para ele, o quadro recessivo impede o aumento dos preços. “Com desemprego e recessão e um mercado inibido, se houver alta de preços, quem vai comprar?”, questionou. Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse também confiar no controle



Melo lembrou que o país não precisou “pular no abismo”, apesar de ter sido a “bola da vez”

da inflação, “O receio da inflação vai ser vencido, não apenas pela recessão, mas também pela conscientização da sociedade”, afirmou Tebet.

Geraldo Melo pregou a adoção de medidas complementares à desvalorização do câmbio. “Precisamos completar a tarefa e passar

pela crise.” O senador defendeu a aprovação no Congresso das medidas que compõem o ajuste fiscal.

– Na minha opinião, o Congresso tem a tarefa de aprovar a proposta de ajuste fiscal sem nenhuma restrição. Não apenas para equilibrar as contas públicas, mas para dar o recado de que o país está à altura da crise – ressaltou.

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) criticou a possibilidade de o governo propor novamente a taxa de aposentados. Segundo ele, a medida representaria muito pouco nos esforços pelo ajuste fiscal e traria um sacrifício para a população. Geraldo Melo disse que se a proposta for rejeitada o país poderá estar sendo “jogado em uma situação desconhecida”. Ao final, Geraldo Melo lançou um desafio aos que criticam a medida.

– Já sabemos o que representará para o país a rejeição da proposta. Quero que apresentem as consequências negativas da sua aprovação – frisou.

Jonas saúda abertura de novo banco

A abertura da primeira agência do Banco Cooperativo de Crédito (Bansicredi), em Cuiabá, foi considerada pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) como a tradução dos esforços de um longo trabalho em favor das cooperativas de crédito. Ele opinou que o ato não pode ser qualificado apenas como uma solenidade de inauguração.

– Há dez anos nascia, em Água Boa, município de Mato Grosso, a primeira cooperativa de crédito rural do estado e, uma década após, esse esforço se consolida com a inauguração dessa agência do Banco Cooperativo de Crédito, em Cuiabá – comentou Jonas Pinheiro.

O senador explicou que o Bansicredi foi criado para acabar com a dependência que as cooperativas de crédito tinham em relação às outras instituições financeiras para realizar suas operações e serviços.



Jonas destacou inauguração de agência em Cuiabá

PAUTA DO SENADO PARA O PERÍODO DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Número	Assunto	Relator	Situação Atual
CPMF			
PEC 34/98	Prorroga e altera a alíquota da CPMF	Romeu Tuma (PFL-SP)	Aprovada, em 1º turno, em 6/1/99. Nesta terça-feira, votação em 2º turno
Reforma Político-Partidária			
PLS 187/98	Limita acesso ao Fundo Partidário	Francelino Pereira (PFL-MG)	Apreciação na CCJ, em 20/1/99
PLS 188/98	Institui o financiamento público das campanhas eleitorais	Sérgio Machado (PSDB-CE)	Apreciação na CCJ, em 20/1/99
PLS 189/98	Prazos de domicílio eleitoral e filiação partidária	Francelino Pereira (PFL-MG)	Apreciação na CCJ, em 20/1/99
PEC 38/98	Limita o número de vereadores	Francelino Pereira (PFL-MG)	Apreciação na CCJ, em 20/1/99
PEC 39/98	Institui o voto facultativo	Francelino Pereira (PFL-MG)	Apreciação na CCJ, em 20/1/99
PEC 40/98	Restringe pesquisas eleitorais	Francelino Pereira (PFL-MG)	Apreciação na CCJ, em 20/1/99
PEC 41/98	Trata da vacância de senador	Francelino Pereira (PFL-MG)	Apreciação na CCJ, em 20/1/99
PEC 42/98	Institui o sistema eleitoral misto para as eleições para a Câmara dos Deputados e dispõe sobre a suplência dos deputados	Sérgio Machado (PSDB-CE)	Apreciação na CCJ, em 20/1/99
PEC 43/98	Segundo turno só para presidente da República	Sérgio Machado (PSDB-CE)	Apreciação na CCJ, em 20/1/99
PEC 44/98	Regras de fidelidade partidária	Sérgio Machado (PSDB-CE)	Apreciação na CCJ, em 20/1/99
PEC 45/98	Mandato de seis anos para senador	Francelino Pereira (PFL-MG)	Apreciação na CCJ, em 20/1/99
Outros assuntos			
PLC 41/98	Regula o processo administrativo na administração federal	Francelino Pereira (PFL-MG)	Aprovado em 7/1/99. À sanção
PLC 08/91	Extinção dos manicômios	Sebastião Rocha (PDT-AP)	Constará na Ordem do Dia de 21/1/99
PLC 61/97	Cria a Política Nacional de Educação Ambiental	Joel de Hollanda (PFL-PE)	Nesta Terça-feira, apreciação na CE
PLC 48/98	Ensino no Exército Brasileiro	Bernardo Cabral (PFL-AM)	Constará na Ordem do Dia de 21/1/99
PLC 52/98	Parcelamento do solo urbano	Josaphat Marinho (PFL-BA)	Aprovado em 7/1/99. À sanção
PLC 53/98	Nomes genéricos em medicamentos	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Constará na Ordem do Dia de 21/1/99
PLC 01/99	Coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação de sangue	José Alves (PFL-SE)	CAS
PLC 03/99	Institui a política nacional de educação em direitos humanos para o ensino fundamental e médio	Emília Fernandes (PDT-RS)	Nesta Terça-feira, apreciação na CE

Obs.: Além das matérias acima, a convocação extraordinária inclui matérias sobre tratados, acordos e atos internacionais; projetos de competência privativa do Senado; medidas provisórias; matérias orçamentárias; e ainda as que estejam tramitando sob o regime de urgência ou que sejam encaminhadas neste período.

Nabor cobra política especial para a Amazônia

Segundo o senador, apesar das imensas riquezas naturais da região Norte, os seus habitantes são ignorados por autoridades e pelo restante da população brasileira, só sobrevivendo “à custa da obstinação”



Fala, Cidadão

Nesta sessão, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para:

0800 612211

RAFAEL PATU, DE BRASÍLIA

O engenheiro mecânico Rafael Patu, de Brasília, está preocupado com o desemprego. Ele quer saber dos senadores que medidas poderiam ser tomadas para reduzir o problema nas grandes cidades brasileiras. Respondem a questão o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), e o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF).

José Eduardo Dutra: As micro, pequenas e médias empresas são as principais responsáveis pela geração de empregos no Brasil. Por isso, é necessário que o país tenha uma política industrial voltada para incentivá-las. Ao invés de utilizar recursos do BNDES para privatizar empresas estatais, o governo deveria canalizar essas verbas para estimular a criação de novos empreendimentos. Aliado a isso, o Estado poderia simplificar os impostos dessas micro, pequenas e médias empresas para possibilitar a sua proliferação.

Outra alternativa, que vem sendo discutida em vários países, é a redução da jornada de trabalho. É inadmissível que, com a evolução tecnológica, o Brasil mantenha uma jornada de trabalho da ordem de 44 horas semanais, exatamente a mesma de há quase 20 anos. Em alguns países, como a França e a Inglaterra, depois que políticos mais progressistas assumiram o governo, foi adotado um processo de redução paulatina da jornada de trabalho, exatamente para permitir que haja uma maior geração de empregos.

José Roberto Arruda: Enquanto o Estado brasileiro continuar gastando mais do que arrecada, produzindo déficit público e gerando os problemas que a população tem acompanhado nos últimos dias, é impossível pensar num modelo de desenvolvimento realmente sustentável. Então, a primeira providência é esta: um combate permanente, responsável ao déficit público.

Em segundo lugar, há uma série de medidas que o governo poderia implementar no sentido de impulsionar a retomada do desenvolvimento. Há alguns setores da economia que historicamente geram mais empregos que os outros, como, por exemplo, o da construção civil. Mas a Caixa Econômica Federal ainda está muito fechada nas suas linhas de crédito, principalmente na capilarização desses recursos que já existem. Acredito que recursos do BNDES, principalmente na área industrial, e recursos da Caixa, na área habitacional, poderiam ser capilarizados usando as agências de fomento que existem em todo o Brasil, facilitando o acesso ao crédito, de tal sorte que as pessoas pudessem investir. Simplificar procedimentos é a palavra-chave para que esses recursos cheguem a quem quer investir e, assim, gerem empregos.

Outro fator importante para o desenvolvimento econômico é a queda da taxa de juros. No momento em que o Brasil tiver um combate sistemático ao déficit público e que a economia voltar a um período de estabilidade, será fundamental baixar a taxa de juros, principalmente, agora, que o governo flexibilizou a política cambial.

Em tese, a liberação do câmbio aumenta as exportações, aumenta a competitividade dos produtos brasileiros no exterior e, portanto, aumenta a produção e contribui para a geração de empregos. Mas ocorre que uma parte significativa dos produtos industrializados brasileiros depende de importação. Isso gerará uma majoração de preços. Por exemplo, num primeiro momento vai haver um aumento do preço do carro importado. Mas, num segundo momento, o carro nacional também vai custar mais, porque há uma série de componentes que ainda são importados. Isso não é bom para a economia brasileira. Eu preferia que tivéssemos concluído o ajuste fiscal, retomado o nível de investimentos externos no Brasil, para depois fazer a modificação da política cambial, como, acredito, era o que estava previsto. Essas turbulências geraram a liberação do câmbio, para não queimar reservas. Agora, não vejo outro caminho a não ser fazer o ajuste fiscal o mais rápido possível e torcer para que as reservas dos organismos de fomento internacional ajudem o país a alcançar a estabilidade econômica e dêem base à retomada do desenvolvimento.



Para José Roberto Arruda, a plena geração de empregos depende do ajuste fiscal



José Eduardo Dutra propõe o incentivo às micro, pequenas e médias empresas

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) cobrou ontem a presença efetiva e imediata do Estado na região amazônica e a adoção de políticas voltadas para a valorização do homem do Norte do país. “Poucos problemas têm o porte e as implicações dos que envolvem a Amazônia, onde se concentram as atenções cobiçosas de todas as grandes nações”, afirmou ele.

Conforme o senador, já está comprovada a existência de vastíssimas jazidas minerais em todos os estados que compõem a região Norte, principalmente de minerais estratégicos, essenciais para os avanços científicos e tecnológicos do futuro, “e que são os sonhos de todas as grandes potências, sempre empenhadas em ficar ainda maiores e mais hegemônicas”.

Nabor Júnior classificou como uma grande contradição a avidez dos estrangeiros sobre o imenso potencial da Amazônia e o desinteresse brasileiro em preservá-la. “É ponto pacífico que, na Amazônia, a humanidade encontrará seu ma-



Nabor lembrou o trabalho da comissão criada no Senado para propor uma política para a região

nancial de produtos e de insumos para a prosperidade no próximo milênio, mas também é ponto pacífico que seus atuais habitantes sobrevivem à custa da obstinação”, afirmou ele.

O parlamentar disse que uma das mais construtivas atitudes com relação à região ocorreu em 1996, quando o Senado instalou uma comissão temporária destinada a de-

finir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia.

Presidente dessa comissão, Nabor Júnior lembrou que foram realizadas 11 reuniões e que, entre outros assuntos, foram tratadas questões macroestratégicas, como o projeto Sivam, e de repercussão social, como o Projeto Caboclo.

– Pesquisamos e discutimos desde as urgentes exigências de emprego e qualidade de vida até propostas voltadas para o fortalecimento das instituições universitárias – lembrou o senador.

A grande conclusão, segundo Nabor Júnior, foi a de que grande parte do Brasil continua voltando as costas para os amazônidas, “irmãos que insistem em transformar metade de seu território numa efetiva fonte de riquezas econômicas e de engrandecimento social”. Para ele, esse menosprezo representa o grande obstáculo ao aproveitamento das imensas riquezas ali existentes.

Odacir diz que qualidade de vida do brasileiro depende de mais investimento em educação

“A questão não é apenas sobreviver, mas sobreviver para que tipo de vida”, afirmou o senador Odacir Soares (PTB-RO), referindo-se a melhorias na qualidade de vida da população em geral, em termos de saúde e alimentação, e às deficiências ainda encontradas no sistema educacional brasileiro.

– O Estado deve ter a vontade política necessária para fazer com que as coisas aconteçam. A prioridade maior deve ser a educação – disse.

O senador destacou que a educação no Brasil vem tendo progressos no que se refere ao número de vagas nas escolas, mas “ainda há desafios em termos de qualidade”.

– Há altos índices de evasão e repetência. Essa última, na América Latina, fica na faixa de 25% – citou.

O senador informou que, de acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), cerca de 1 bilhão de pessoas chegarão ao século XXI sem saber ler um livro ou assinar o nome. Ele defendeu o entendimento de que a educação é um direito humano com imenso poder de transformação.

– Na educação, plantam-se a li-

berdade, a democracia e o desenvolvimento humano duradouro e sustentável. Educar significa também ter capacidade de receber e analisar informações para interceder e mudar – afirmou.

O senador analisou dados do relatório do Unicef sobre a infância e afirmou:

– Almejamos um Brasil com população à altura de um mundo globalizado e cada vez mais exigente no que se refere à qualidade de vida humana.

Para ilustrar a situação da infância no país, Odacir lembrou que os



Odacir: só educação pode colocar o país “à altura de um mundo globalizado”

grandes responsáveis pela prostituição de menores no Brasil, de acordo com relatório do Unicef, são os brasileiros “e não os turistas”. Tal dado é confirmado por informações da Campanha Nacional de Combate à Exploração Sexual Infância-Juvenil, do Ministério da Justiça, que indica ser este um problema familiar e local, destacou o senador.

Odacir lembrou a iniciativa da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (Abrapia) e da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), que criaram um telefone para receber denúncias sobre exploração sexual de menores (0800-990500).

– Entre fevereiro de 97 e setembro de 98, 9,3% das chamadas relatavam casos de turismo sexual e 91,7% se relacionavam a exploração sexual de origem local – informou Odacir.

Na opinião do senador, há várias causas para o problema, entre elas a pobreza, a violência, a desigualdade de gênero, a gravidez precoce, além do desenvolvimento acelerado da sexualidade, inclusive pela erotização de programas infantis.

Hollanda pede corte das importações agrícolas

Saudando a recente eliminação do desajuste da taxa de câmbio, parlamentar pernambucano condena a realização de “despesas absurdas” na aquisição de verduras, arroz, trigo e outros produtos



A adoção de novas estratégias para o comércio exterior do Brasil, com cortes nas importações agrícolas, foi defendida ontem pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE). Para o parlamentar, o país não pode ter as “despesas absurdas” que realizou em 1996. Naquele ano, segundo ele, foram gastos US\$ 215 milhões com

Segundo Hollanda, “a lógica do comércio exterior do Brasil ainda é toda ela baseada em uma certa improvisação”

importação de verduras, US\$ 244 milhões com a vinda de produtos lácteos e US\$ 113 milhões com a compra de bacalhau.

– Diante desse quadro, talvez ainda seja correto, em oposição ao que pensam alguns economistas, preconizar um corte drástico nas importações para diminuir o desperdício e o déficit na balança comercial. Assim, o remédio tradicional pode ser o melhor caminho para evitar desequilíbrios mais graves em futuro não muito distante – afirmou ele.

Hollanda lembrou que alguns eco-

nomistas consideram perigoso usar esse remédio, sob o argumento de que a globalização sepultou as velhas teorias sobre o comércio internacional. Em contrapartida, citou especialistas em agricultura segundo os quais o Brasil poderá perder cerca de US\$ 1,5 bilhão em receita com exportações agrícolas, causada principalmente pela sobrevalorização da taxa de câmbio, que, ressaltou, foi agora corrigida.

Segundo o senador, “a lógica do comércio internacional do Brasil ainda é toda ela baseada em uma certa improvisação”. Lembrou que “o elevado déficit em conta corrente poderá inviabilizar o plano de sustentação econômica e levar o país a uma incontável recessão e a uma crise cambial de grandes dimensões”. Por isso, para ele, o Brasil precisa diminuir o peso dos alimentos em sua pauta de exportações.

Conforme dados apresentados por Joel de Hollanda, entre 1990 e 1996, as importações brasileiras cresceram 180% e as exportações, apenas 80%.

“Portanto, as importações apresentaram um acréscimo de 100% líquido em relação às exportações”, destacou.

Entre os exemplos apontados pelo senador estão as importações de arroz, que passaram de 977 mil toneladas, em 1996, para 1,2 milhão de toneladas no ano seguinte, segundo a Conab. Joel de Hollanda citou o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Dejandir Dalpasquale, para quem “a importação de arroz não se justifica”.

Dados da OCB apresentados pelo senador certificam que o Brasil chegou a produzir 6 milhões de toneladas de trigo na safra 1988/1989, quase atingindo a auto-suficiência. Hoje, o país é totalmente dependente das importações, aparentemente para atender aos interesses da Argentina no âmbito do Mercosul. O senador também destacou a queda na produção de milho, que somente no Paraná atingirá um milhão de toneladas.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - Saúde Todo Dia - Atividade: AeroBahia
7h30 - Especial Unip - Assunto: Estrabismo - 2ª parte
7h55 - Senado em Pauta
8h - Saúde Todo Dia - Atividade: Tai-chi-chuan
8h30 - Jornal do Senado
8h55 - Senado em Pauta
9h - Cores do Brasil - Em destaque, Diamantina
9h30 - Entrevista - O senador Mauro Miranda fala sobre o Corredor Centro-Leste
9h55 - Senado em Pauta
10h - Cores do Brasil - São Luís do Maranhão
10h30 - Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
12h30 - Entrevista - O senador Mauro Miranda fala sobre o Corredor Centro-Leste
12h55 - Senado em Pauta
13h - Cores do Brasil - Bahia
13h15 - Especial - O jornalista Fernando Cesar Mesquita entrevista o senador Ronaldo Cunha Lima. O senador fala de poesia, literatura e cultura
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo) - Em votação, a proposta de emenda constitucional que aumenta e prorroga a CPMF- 2º turno
18h30 - Cores do Brasil - Diamantina
19h - Palestra - Associação dos Docentes da Escola Superior de Guerra - 2º programa

20h30 - Entrevista - O senador Mauro Miranda fala sobre o Corredor Centro-Leste
21h - Jornal do Senado
21h15 - Especial - Fernando Cesar Mesquita entrevista o senador Ronaldo Cunha Lima. O senador fala de poesia, literatura e cultura
22h - Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
10h30 - Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - “A Voz do Brasil”
Em seguida - Música e informação
20h30 - “Senado em Linha Direta - Edição Nordeste”
Em seguida - Música e informação
21h - “Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste”
Em seguida - Música e informação
21h30 - “Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste”
Em seguida - Música e informação
0h - Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida - Música e informação

Osmar teme aumento de pão e massas

A desvalorização do real ocorrida nos últimos dias ajudará os agricultores brasileiros, que vinham enfrentando a concorrência de alimentos importados de países que subsidiavam sua agricultura, afirmou ontem em discurso o senador Osmar Dias (PSDB-PR). Ele alertou, no entanto, que o trigo importado, que abastece quase 80% do país, teve seu preço aumentado em 24%, o que deve gerar elevação no custo da farinha e de seus derivados, inclusive o pão e o macarrão.

Osmar Dias lamentou que o governo nada fez para impedir a entrada de leite pelo Mercosul, apesar de produzido na Europa com subsídios governamentais. Disse ainda que, apesar de denúncia dos produtores nacionais, o Brasil importou do Uruguai uma quantidade de arroz maior que a produção daquele país, uma comprovação de que empresas importadoras usaram o país vizinho apenas para fugir da taxa e que, na verdade, tratava-se de arroz oriundo da Ásia.

– Comungo do mesmo otimismo manifestado pelos senadores Artur da Távola (ver página 4) e Geraldo Melo (ver página 5). No entanto, o governo não pode errar mais em sua política para o se-



Osmar criticou o governo por permitir a compra de leite do Mercosul, apesar de produzido na Europa com subsídios

tor produtivo, em especial na agropecuária – disse.

O senador paranaense, depois de informar que o presidente da Re-

pública estava inaugurando a fábrica da Audi no seu estado, afirmou que não fora à solenidade para manter coerência, pois ele se manifestou várias vezes contra os incentivos fiscais que o governo paranaense concedeu à indústria de carros. Para ele, se o dinheiro que o BNDES e outros bancos oficiais destinam às grandes indústrias fosse direcionado às pequenas e médias empresas, “geraríamos 100 vezes mais empregos”.

Ao comentar as dificuldades de alguns estados para pagar suas dívidas com o governo federal, Osmar Dias afirmou que o Senado e o governo federal têm culpa, pois concordaram com os aumentos das dívidas estaduais. Lembrou que foi muito combatido por se manifestar contra tais aumentos de dívida, prejudicando inclusive sua imagem no Paraná. “Eu dizia que, agindo assim, estaríamos criando um problema para um futuro muito próximo. Minhas afirmações se baseavam em cálculos de especialistas no assunto, mostrando que esse futuro seria este ano, como está ocorrendo não no Paraná, mas em quase todo o país, com exceção talvez de dois ou três estados.”

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Francelino quer preservação da memória de Getúlio Vargas

Senador mineiro apela à Câmara dos Deputados para que aprove projeto de autoria de Pedro Simon criando memorial do ex-presidente

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) fez ontem um apelo à Câmara dos Deputados para aprovar o projeto que cria um memorial em homenagem a Getúlio Vargas. "De autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o projeto foi rapidamente aprovado no Senado, mas está preso na tramitação morna da Câmara. Getúlio Vargas foi um estadista, uma figura exponencial que não pode ficar esquecida", explicou o senador.

Francelino lembrou que também o acervo pessoal do ex-presidente corre risco de se perder. "São 500 objetos e 2 mil livros que estão sob a guarda de sua neta, Celina Vargas, que não dispõe de condições para conservar esse acervo como deveria ser feito. É certo que o Brasil não tem a tradição de guardar a memória dos grandes vultos de sua História, mas Getúlio Vargas, considerando o muito que fez pelos trabalhadores e pelo social, merece permanecer na men-

Francelino manifesta preocupação com objetos e livros que pertenceram a Getúlio



te de todos os brasileiros."

Para Francelino, cabe ao ministro da Cultura, Francisco Weffort, retomar as conversas com Celina. "Desde o ano passado, houve o entendimento de que o acervo deveria ficar no Museu da Repúbli-

ca, no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, onde Getúlio se suicidou. Mas as negociações foram interrompidas e, há duas semanas, tento falar com Weffort, mas seu gabinete informa que está ocupado com a organização do ministério."

Ao fazer um apelo para que o entendimento visando à conservação do acervo de Getúlio seja retomado, Francelino lembrou que a caneta de ouro com que o ex-presidente assinou seu termo de posse e o revólver com que se suicidou são objetos que pertencem à História do Brasil e precisam ser preservados para as gerações futuras.

brou que a caneta de ouro com que o ex-presidente assinou seu termo de posse e o revólver com que se suicidou são objetos que pertencem à História do Brasil e precisam ser preservados para as gerações futuras.

Júlio Campos defende um projeto nacional de ciência e tecnologia

O senador Júlio Campos (PFL-MT) defendeu ontem a realização de um fórum nacional que defina as linhas mestras e as formas de execução de um projeto nacional de ciência e tecnologia. O senador, que encerra seu mandato nesta legislatura, exprimiu também o desejo de vir a ser substituído por outro parlamentar em sua luta pelo progresso científico e tecnológico.

Segundo Júlio Campos, a produção de novos conhecimentos é a moeda forte na atual distribuição do poder econômico. Ele exemplificou com o fato de que, na década de 80, 67% da produção de ciência e tecnologia provinham de apenas sete países, sendo mais da metade (35%) dos Estados Unidos.

Para o senador, "exemplo claro do que é ter um projeto nacional de desenvolvimento é o que fazem os Estados Unidos com o programa de viagem a Marte". De acordo com o parlamentar, a verdadeira intenção dos norte-americanos é dominar o processo de reciclagem de materiais, para ele o "conhecimento

tecnológico fundamental para manter sua hegemonia no próximo milênio".

— As longas viagens até Marte exigem, pela dificuldade de se eliminar os dejetos, que se desenvolvam sofisticados processos de reciclagem de materiais, com vistas ao seu reaproveitamento ou neutralização — afirmou o senador, em discurso proferido da tribuna.

O representante do Mato Grosso defendeu o incentivo às instituições de pesquisa efetivamente produtivas. Segundo ele, nessa situação estão diversas universidades e outras entidades públicas.

— A conclusão que se tira é que fazer pesquisa no Brasil é, sobretudo, uma atividade estatal, mas não um projeto da sociedade — afirmou.

Júlio Campos considerou oportuna a importação de tecnologia apenas quando é inútil refazer caminhos que outros já trilharam e que estão disponíveis. Ressaltou, no entanto, que o Brasil tem peculiaridades que abrem espaço para determinar seus próprios projetos de pesquisa, como



Júlio Campos: produção de novos conhecimentos é "moeda forte"

a seca no Nordeste, o aumento da produtividade agrícola, a modernização da indústria eletroeletrônica, a pesquisa de medicamentos a partir da flora nacional e o aprofundamento dos recursos da Amazônia.

— Um projeto brasileiro de ciência e tecnologia é suprapartidário, envolve toda sociedade e deve traduzir a visão que temos de nós mesmos nos próximos séculos — ressaltou.

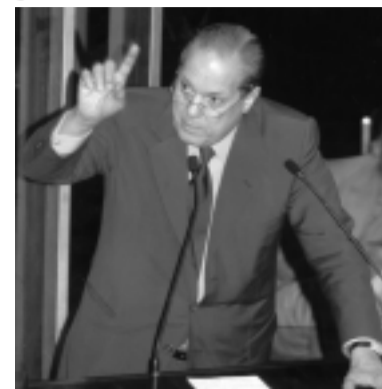
Piva elogia cartilha que explica as funções do Cade

O senador Pedro Piva (PSDB-SP) pediu a transcrição, nos Anais do Senado, da cartilha do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). De acordo com o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o Cade é "um órgão da maior importância", que tem por objetivo difundir e consolidar a cultura da defesa da concorrência no Brasil.

Presidido por Gesner José de Oliveira Filho, o Cade, segundo Piva, elaborou uma cartilha contendo informações dirigidas a empresários, instituições financeiras, trabalhadores, sindicatos empresariais e cidadãos, para tornar sua atuação mais acessível ao conjunto da sociedade.

Entre as atribuições do Cade, Pedro Piva ressaltou a de orientar, fiscalizar e estudar o abuso de poder econômico, exercendo o papel de tutelar a apuração e a repressão dessa prática.

Subordinado ao Ministério da



Pedro Piva pediu transcrição do trabalho realizado pelo Cade nos Anais do Senado

Justiça, o Cade também foi criado, segundo a cartilha, para cumprir a missão de agente modernizador e defensor da concorrência dentro de um Estado regulador moderno, pró-mercado, de modo a influenciar o dia-a-dia do cidadão a partir do estímulo à concorrência no setor de serviços e nos produtos oferecidos à sociedade.

Alcântara aponta resultados positivos do governo cearense

A infra-estrutura implantada nos últimos quatro anos no Ceará oferece as condições necessárias à continuidade do processo de desenvolvimento do estado nas próximas duas décadas. A afirmação foi feita pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que considerou positivo o balanço da administração do governador Tasso Jereissati nas áreas de transporte, energia, turismo e privatizações.

Destacando que o seu partido, o PSDB, vem administrando o Ceará há três períodos consecutivos e reelegeu o governador Tasso Jereissati, Alcântara disse que o processo de desenvolvimento do estado é resultante de um trabalho coletivo, envolvendo parcerias entre entidades municipais e federais, organismos internacionais e empresas privadas.

Com esse trabalho, disse Alcântara, surgiram mais escolas, postos de saúde, terminais rodoviários e aeroportos.

— Elevou-se a oferta de energia elétrica, com a construção de redes de distribuição e de subestações, da instalação de aerogeradores e de células fotovoltaicas. Esse fabuloso programa de ações governamentais, desenvolvido com parcerias em todos os níveis da administração pública e em conjunto com a iniciativa privada e organismos internacionais, é um sucesso incontestável do esta-

do do Ceará, ainda pobre de recursos financeiros, mas rico de pessoas, idéias e dinamismo — acrescentou Alcântara.

Segundo o senador, reformas na infra-estrutura de produção, agilitação na movimentação de produtos, incentivo ao turismo, interiorização do desenvolvimento e geração de emprego e renda são alguns dos programas básicos que deverão provocar significativa melhoria no nível de vida no Ceará.

— O irrestrito apoio de todos os que fazem o meu estado, sejam seus dirigentes, seus representantes eleitos, seus funcionários públicos ou sua população em geral, cuja dedicação ao trabalho em prol do Ceará faz a diferença, tudo isso é que cria espaços para novos projetos, ainda mais ambiciosos — concluiu Lúcio Alcântara.



Trabalho coletivo está levando ao desenvolvimento do Ceará, diz Alcântara